

O verdadeiro, o bom e o belo

Frederico Rosa Borges de Holanda <https://orcid.org/0000-0002-3592-2246>

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Departamento de Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo, Brasília, DF, Brasil

E-mail: fredholanda44@gmail.com

Submetido em XX de XXXXXXXX de 20XX. Aceito em XX de XXXXXX de 20XX.
<https://doi.org/10.47235/rmu.xxxxxxxx>

Resumo. Três dimensões estão envolvidas nos termos “verdadeiro”, “bom” e “belo”: respectivamente, Ciência, Ética e Estética. Afirmações científicas podem ser avaliadas como verdadeiras ou falsas, segundo a evidência; têm credibilidade universal e superam o “aqui” e o “agora”. “Bom” e “belo” – ou seu oposto: “mau” e “feio” – são outra coisa: eles concernem valores de julgamento dependentes de tempo e espaço. Mudamos a chave: verificação ou refutação não são mais pertinentes, as coisas são apreciadas (ou não) a depender de valores históricos e culturais, de acordo com os quais elas não são consideradas verdadeiras ou falsas, mas boas ou más, belas ou feias. A confusão entre essas instâncias implica uma abordagem ingênua da configuração arquitetônica: opções são erradamente tomadas como “falsas” ou “erradas” quando, na verdade, são ética ou esteticamente determinadas. Nesses casos, códigos arquitetônicos, pelos quais gostamos ou não os lugares, ficam implícitos, mas deviam tornar-se explícitos; assume-se erradamente que “problemas” (simples incompetência à parte) resultam do desconhecimento da “verdade”, porém sua identificação como problemática (ou não) é função de valores afeitos a modos de ter, agir, pensar e sentir – o *habitus* de Pierre Bourdieu – que posiciona os sujeitos na escala social.

Palavras-chave. Ciência, Ética, Estética, teoria da arquitetura, sintaxe espacial, semântica espacial, Brasília

Para
Bill Hillier
In memoriam

As steals the morn upon the night,
And melts the shades away:
So Truth does Fancy's charm dissolve,
And rising Reason puts to flight
The fumes that did the mind involve,
Restoring intellectual day.¹

(William Shakespeare, John Milton e Charles
Jennens)

1. Introdução

Quão boa uma teoria pode ser? Quão verdadeiros são valores morais? Este trabalho explora a ideia de que as duas questões são

absurdas. Teorias e valores pertencem a diferentes e analiticamente separáveis âmbitos da Filosofia – respectivamente Ciência e Ética: a primeira não refere “bom” (ou “mau”), a segunda não refere “verdadeiro” (ou “falso”). No entanto, este não é um texto filosófico,² antes, ele explora essas dimensões no que concerne a Arquitetura (com maiúscula quando a palavra refere a *disciplina*), mais particularmente à parte do seu corpo de conhecimento que considera *lugares* configurados e apropriados como *constituintes* de modos de vida, talvez o aspecto central da *Teoria da Sintaxe Espacial* (Bill Hillier; Julienne Hanson, 1984).³ A separação é crucial para entender o *mundo como é* – o âmbito da *realidade objetiva* – e quando e como mudamos nosso olhar ao perguntar, ao contrário, *como o mundo deveria ser* – o mundo dos nossos valores e

desejos, em outras palavras, o mundo do *projeto*, que vislumbra futuros lugares.

Algumas destas ideias foram já apresentadas por escrito, publicadas em português ou inglês, outras aparecerem apenas em *lives* e palestras recentes. Resumo as publicadas e aponto as fontes, e desenvolvo mais longamente as apresentadas oralmente. Interessam as relações entre as partes superior e inferior do Diagrama 1,⁴ e, principalmente, sua incidência na *arquitetura*. Ouso apresentar o diagrama no início do trabalho, invertendo o procedimento (talvez) mais comum de introduzi-lo somente depois do arrazoado que prepara sua discussão.

Começo pelas vertentes teóricas em Arquitetura e indico minha predileção. Segue-se uma ontologia da arquitetura com qual venho trabalhando recentemente, para que o leitor identifique as categorias nas quais se situa a empiria. Mostro como a ontologia constitui *recursos* que mobilizamos em nossa vida, inspirando-me no conceito de *capital* de Pierre Bourdieu. Segue-se a descrição *científica* do fenômeno e depois a sua avaliação *ética*; *códigos arquitetônicos* são discutidos como constituintes do *habitus* de Bourdieu, e uma conclusão fecha o ensaio.

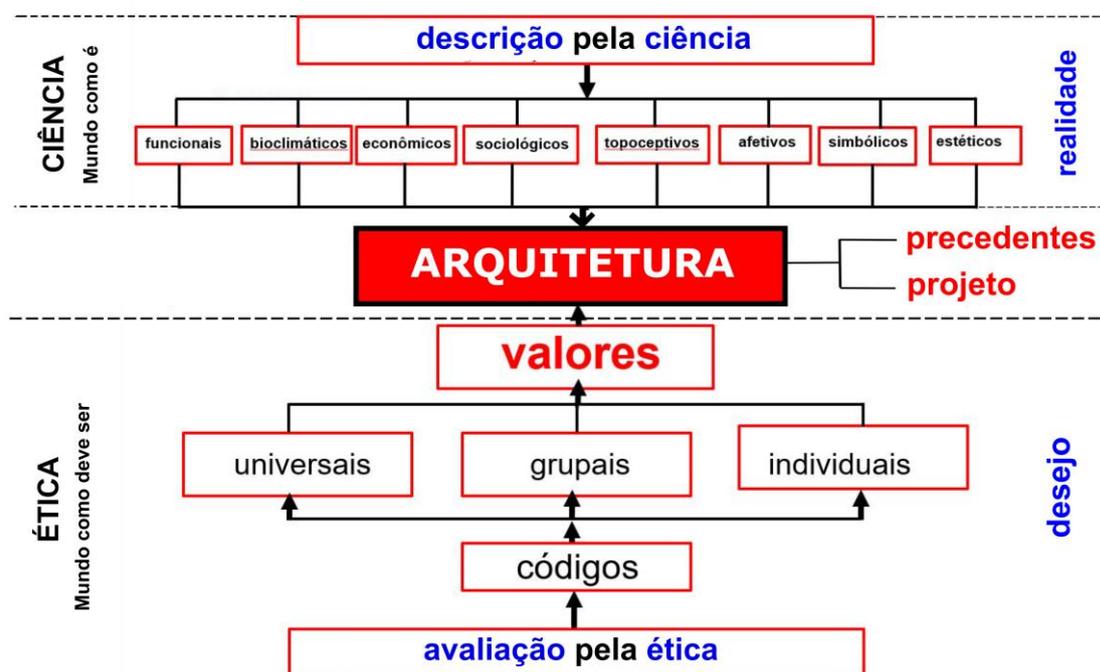


Diagrama 1. Ciência e Ética. O mundo como é (âmbito da realidade objetiva) e o mundo como deveria ser (o âmbito do desejo). (Fonte: o autor.)

2. Teoria em arquitetura: vertentes e uma predileção

Teoria na disciplina da Arquitetura desenvolve-se ao longo de duas vertentes: a investigação em torno das *causas*, e a em torno dos *efeitos* (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**). O “mundo da arquitetura como é” (parte superior do Diagrama 1) pode ser caracterizado como *variável dependente* (parte superior do **Erro! Fonte de referência não encontrada.** – *causas*) ou como *variável independente* (parte inferior do **Erro! Fonte de referência não encontrada.** – *efeitos*). O **Erro! Fonte de referência não encontrada.** mostra as duas vertentes e minha predileção:

o estudo dos *efeitos* e, entre eles, o estudo dos *aspectos sociológicos* do desempenho dos lugares, uma das dimensões deste “modelo de oito funções”.⁵

Os aspectos sociológicos envolvem o seguinte, expressos na forma de perguntas:

Como a configuração da arquitetura (cheios, vazios e suas relações) implica maneiras de indivíduos e grupos (classes sociais, gênero, gerações) localizarem-se nos lugares e de se moverem por eles, e, conseqüentemente, possibilidades e restrições para encontros e esquivaças, para visibilidade do outro, e para a

constituição de estruturas sociais (“*sintaxe*” da arquitetura)?

Como o tipo, quantidade e localização relativa das atividades, no espaço e no tempo, implicam padrões de utilização dos lugares (“*semântica*” da arquitetura)?⁶

A pesquisa sobre esses aspectos, embora não exclusivamente, inspira-se nos conceitos,

métodos e procedimentos da *Teoria da Sintaxe Espacial* (doravante TSE), particularmente como expostos no seu livro fundador, *The Social Logic of Space* [*A lógica social do espaço*], de Bill Hillier e Julienne Hanson (1984). Veremos como a TSE e outras fontes teóricas contribuem para uma ontologia da arquitetura aqui proposta.

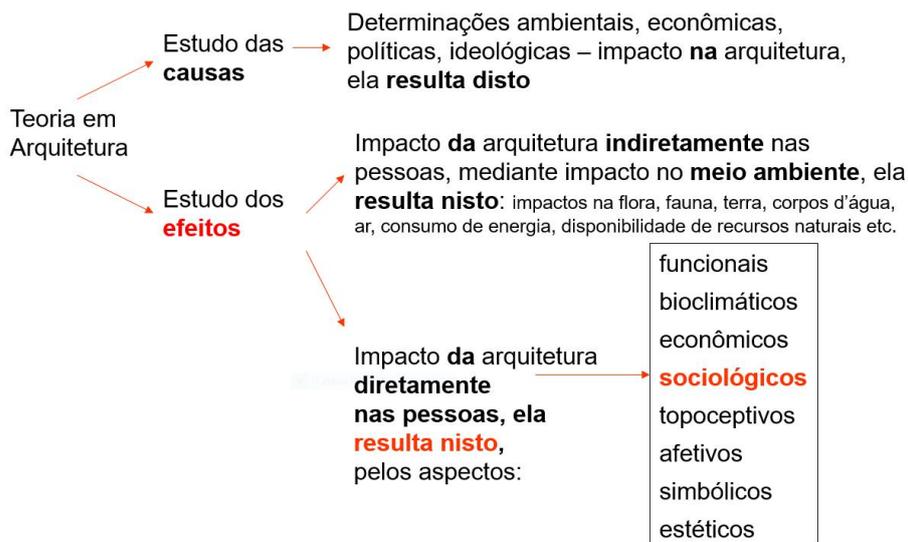


Diagrama 2. Teorias em Arquitetura: duas vertentes e uma predileção (em vermelho). (Fonte: o autor.)

3. Arquitetura: uma ontologia

Neste tópico, os principais elementos – e suas relações – que constituem uma ontologia da arquitetura são propostos. Eles se inspiram em quatro pensadores e três instâncias teóricas. Não são literais ante as fontes originais, e meus termos são livremente inspirados no arrazoado encontrado principalmente em três trabalhos: 1) de Hillier e Hanson, *The social logic of space* (1984, citado); 2) de Milton Santos, geógrafo, de vários trabalhos, p. ex., *A Natureza do Espaço* (Santos, 2006); 3) de Evaldo Coutinho, filósofo, principalmente do seu clássico *O espaço da arquitetura* (Coutinho, 1970). A seguir ofereço uma síntese inspirada no seu trabalho, complementada por uma fertilização cruzada de seus respectivos conceitos.

Bill Hillier e Julienne Hanson (da disciplina da Arquitetura):

- *Espaços abertos* – acesso irrestrito

- *Espaços fechados* – acesso restrito
- *Tipo da interface* entre espaços fechados e abertos: direta x indireta (recuos, barreiras, espelhos d'água, escadarias, taludes, rampas, túneis...)
- *Modo de desagregação* dos espaços internos (edifícios)
- *Modo de agregação* dos edifícios (conjuntos edificados)

A Teoria da Sintaxe Espacial naturalmente foca no... espaço – o espaço arquitetônico, no qual nossos corpos estacionários se localizam a através do qual nossos corpos em movimento navegam. Hillier e Hanson (1984) assim como Coutinho (1970) consideram o espaço como constituindo a linguagem da arquitetura por excelência – portanto, seu foco de atenção. Entretanto, eles diferem em que 1) Coutinho argumenta que, como necessidade prática, o espaço é definido por formas, i. é, elementos volumétricos que configuram as barreiras pelas quais vazios são definidos, e 2) enquanto para a TSE atributos espaciais são

relacionais, ou seja, uma função de sua inserção topológica num sistema de unidades interconectadas, para Coutinho atributos espaciais arquitetônicos são os do espaço natural, não apenas os geométricos e topológicos mas também todos os que são captados pelos sentidos – visão, olfato, audição, tato – o que aproxima dele fenomenólogos como Zumthor (2000) or Pallasmaa (2012). Por outro lado, se rótulos espaciais (quarto de dormir, escritório, cozinha; ou escola, hospital, sala de concerto) não estão ausentes da literatura da Sintaxe Espacial, eles terão mais importância aqui. Há uma diferença entre 1) implicações que são *intrínsecas* a configurações, e que duram enquanto estas últimas durarem – a *sintaxe* do lugar, e 2) implicações que são *extrínsecas* a configurações, como nas convencionais e históricas formas de uso, mutantes no tempo e com pouca ou nenhuma transformação morfológica – a semântica do lugar – permanentemente (como *lobbies* de estações de trens transformados em salas de concerto – p. ex., a magnífica Sala São Paulo, em São Paulo) ou alternadamente (como em vias expressas nos dias úteis que se transformam em parques urbanos vedados ao tráfego veicular nos domingos e feriados – p. ex., no Parque do Flamengo, Rio de Janeiro, ou no Eixo Rodoviário, Brasília).

Milton Santos (da disciplina da Geografia):

- Espaço dos *fluxos* (espaços na escala do “todo”, do “sistêmico”, do “global” dos conjuntos edificados – bairros, cidades, conurbações)
 - ✓ Determinados pelos *fixos* (“magnetos”)⁷
 - ✓ Determinados pela configuração urbana (acessibilidade topológica),⁸ que, por sua vez...
 - ✓ ... (re)determina os *fixos*, que (re)determinam novos fluxos etc.
- Espaços dos *fixos abertos* (espaços na escala das “partes”, do “local”)⁹
 - ✓ Espaços abertos de uso público: vielas, ruas, avenidas, praças, esplanadas, parques, praias etc.¹⁰
- Espaços dos *fixos fechados*
 - ✓ Habitação
 - ✓ Edifícios públicos
 - ✓ Edifícios privados

- ✓ Áreas livres privadas (p. ex., um jardim privativo, o gramado de um clube de golfe, o campo de futebol de um estádio etc.)

Embora não refira especificamente os “duplos arquitetônicos” da TSE – espaços fechados *x* espaços abertos, ou edifícios *x* assentamentos – Milton Santos, ainda que não o diga, considera as ideias de “global” e “local” quando trata dos fluxos e fixos: para ele, dois tipos de elementos constituem o “objeto urbano” (expressão de Hillier, 1989, não dele), respectivamente, 1) a estrutura dos assentamentos como um todo – “global”, nos termos da TSE – ao longo da qual as pessoas se movem entre origens e destinos, e 2) espaços de destinações, predominantemente para pessoas estacionárias (“magnetos”, nos estudos de transportes), em terrenos cujo acesso é controlado por uma instituição qualquer – escola, hospital, loja, a família nuclear. Entretanto, ganharemos ao desdobrar as categorias de fixos de Santos em duas subcategorias, porque pessoas estacionárias não se reúnem somente em espaços fechados (fixos fechados) mas também em lugares abertos públicos – ruas, praças, parques: os fixos abertos – que, embora de acesso não controlado, são destinos conceitualmente e fisicamente claramente identificáveis na paisagem – Plaza San Marco, Veneza, Piccadilly Circus, Londres, Champs-Élysées, Paris – cuja importância se estende para além de sua inserção topológica no sistema como um todo.

Evaldo Coutinho (da disciplina da Estética):

- *Elementos-fim* da arquitetura
 - ✓ *Espaços externos*: espaços abertos de uso público – vielas, ruas, avenidas, praças, esplanadas, parques, praias etc. – propensos à improvisação e negociação
 - ✓ *Espaços internos*: definidos de acordo com seus rótulos – residência, escritório, loja, templo etc. – sujeitos a certas atitudes (uma *liturgia*, i. é, comportamentos compostos pela voz alta/baixa, modos de vestir, posturas corporais etc.) implicadas na sua função
- *Elementos-meio* da arquitetura

- ✓ Edifícios, árvores, esculturas, acidentes da paisagem natural: quaisquer elementos tridimensionais que definem o *espaço externo*
- ✓ Paredes, chão, teto, colunas, quaisquer elementos “esculturais” que definem o *espaço interno*

Finalmente, de Evaldo Coutinho vem a distinção, já referida, entre elementos-fim e elementos-meio em arquitetura – volumes e vazios, respectivamente. Os atributos do que Coutinho chama componentes “esculturais” da arquitetura – qualquer elemento material pelo qual o espaço é configurado – incidem em padrões de segregação socioespacial, para além dos atributos relacionais do sistema, o forte da TSE (Holanda, 2007). Entretanto, embora o foco de atenção seja o espaço, como na TSE, Coutinho limita sua abordagem ao espaço interno: para ele, o espaço externo entre edifícios, ou o espaço (socialmente apropriado) da paisagem natural não são “arquitetônicos” porque seus atributos (de luz, ruídos, cheiros, toque, temperatura) não são suficientemente manipuláveis pelo arquiteto de forma a veicular beleza e uma visão de mundo (seu olhar é o da disciplina da Estética). Correto, no entanto, o modo como o espaço externo dos assentamentos humanos é configurado socialmente, assim constituindo modos de vida (p. ex., como fartamente demonstrado por Hillier e Hanson, 1984), o que pede sua inclusão como categoria de elementos-fim nesta ontologia.

Estas três vertentes teóricas apresentam redundâncias e superposições. Um conceito de “ordem superior”, então, as reúne e elimina redundâncias: o conceito de *capital*, do trabalho de Pierre Bourdieu (1984), como recursos, capacidades, meios, bens, modos pelos quais o sujeito se posiciona em certo ponto da escala social, que lhe garante *status* e privilégios (ou a ausência deles), enfim, que o *distingue* (Bourdieu, 1984). As categorias acima resumem-se então em dois tipos de capitais, mas antes ofereço uma visão ampla dos capitais e sua relação predominante com as macroestruturas da sociedade de modo a ver-se como a arquitetura se encaixa nesse quadro.

4. Capitais

Na tradição sociológica é comum encontrarmos duas macroestruturas constitutivas da sociedade, particularmente na vertente marxista: a infraestrutura de produção, circulação, distribuição e consumo de bens (*produção* social) e a superestrutura político-ideológica (*reprodução* social). Para nossos fins, enquanto morfólogos do espaço e da sociedade – ou da arquitetura e dos encontros/esquivanças (Koch, 2015) – ganhamos ao incluir uma terceira macroestrutura: a *socioespacial* (Quadro 1). Mas antes de embarcarmos nela, comentarei as outras duas e seus respectivos capitais.

Os conceitos de *capital econômico* e de *capital político* são mais consensuais na literatura, os de *capital ideológico* e de *capital cultural*, menos. Não é comum dividi-los como aqui, mas sugiro que: o primeiro abarca os *algoritmos* que mobilizamos na vida cotidiana, como normas práticas, teorias que empregamos, conscientemente ou não, a todo momento, jogos cujas regras se tornaram aceitas mundo afora e que permitem campeonatos mundiais como os de xadrez, futebol, tênis etc. (embora convencionais e surgidas em nichos culturais específicos), quaisquer unidades de informação – os *memes* de Richard Dawkins (1976) – que perpassam as fronteiras de gêneros, gerações, nacionalidades etc. Para usar o jargão da TSE, o capital ideológico é *global*, e sua denominação é empregada aqui *lato sensu*, i. é, como *ideias* em sua conotação mais geral. O *capital cultural* não é “global”, mas “local”, refere “particulares”, constitui nichos sociais específicos: meu time de futebol, a língua que falo, manifestações artísticas, gestos, culinária, roupas, moda, gostos dos mais variados tipos...

No entanto, há um “silêncio de sarcófago” (expressão consagrada por Nelson Rodrigues) no trabalho de Bourdieu: a ausência da dicotomia inerente à TSE e que forma o seu axioma central: 1) sociedade como um fenômeno material estruturado em si mesmo, na forma de *sistemas de encontros e esquivanças* compostos por corpos organizados no *espaço e no tempo*, e 2) a arquitetura como *fenômeno que já nasce social* (Hillier; Hanson, 1984). Este duplo forma uma terceira macroestrutura constituída, sugiro, por três capitais: 1) *capital social*: sistemas de encontros e esquivanças, materiais ou virtuais, no espaço e no tempo; e

Infraestrutura de produção de bens
<i>Economia</i>
Capital econômico: produção, circulação, distribuição, consumo de bens materiais
Superestruturas política e ideológica
<i>Política</i>
Capital político: capacidade de tomar ou influenciar decisões, poder sobre si e sobre os outros
<i>Ideologia</i>
Capital ideológico: teorias, regras práticas – “universais”
Capital cultural: línguas, valores, hábitos, artes – “particulares”
Estrutura socioespacial
<i>Sociedade como artefato</i>
Capital social: sistemas de encontros e esquivações
<i>Artefato como sociedade</i>
Capital arquitetônico: lugar apropriado socialmente
Capital espacial
Capital edifício

Quadro 1. Macroestruturas sociais. Capitais. (Fonte: o autor.)

o *capital arquitetônico*, constituído pelos lugares apropriados socialmente, formado por sua vez por 2) *capital espacial*: os *elementos-fim* de Evaldo Coutinho, incluindo espaços internos e externos, e 3) o *capital edifício*: os *elementos-meio* de Coutinho, incluindo quaisquer elementos volumétricos, como partições no espaço interno dos edifícios, ou os próprios edifícios na escala maior dos conjuntos edificados – bairros, cidades, conurbações.¹¹ Eis a síntese dos três capitais, ao mesmo tempo que resumo as fontes que inspiram a taxonomia:

- *Capital social*
 - ✓ Sistemas de encontros e esquivações realizados no espaço e no tempo: quem? com quem? quantos? fazendo o quê? onde? quando? durante quanto tempo? (Hillier e Hanson)
- *Capital espacial*
 - ✓ Espaços para os fluxos urbanos (Santos) na *macroescala* dos conjuntos

edificados (o *todo*, o *global*, Hillier e Hanson), *espaços de passagem* ao longo dos quais a *economia do movimento* se distribui (Hillier)

- ✓ Espaços públicos abertos (as partes, o *local*, Hillier e Hanson), lugares para pessoas estacionárias, de acesso irrestrito e propícios à improvisação (Coutinho), os *fixos abertos* (Santos)

A natureza da interface fechados x abertos (diretas x indiretas, Hillier e Hanson)

- *Capital edifício*
 - ✓ Os *elementos-fim* da arquitetura (Coutinho), espaços na escala do *interior dos edifícios*, espaços *controlados* e subdivididos (Hillier e Hanson), fechados, de acesso restrito, que implicam uma *liturgia* (Coutinho), os *fixos fechados* (Santos), claramente separados do âmbito público

- ✓ Os *elementos-meio* da arquitetura (Coutinho), tipos de elementos volumétricos dos espaços internos que os subdividem, tipos da pele exterior que envolve os *fixos fechados* (Santos), tipos de elementos volumétricos (edifícios e outros elementos) que configuram a estrutura espacial dos conjuntos edificadas

Capital social refere encontros/esquivações, reais ou virtuais, que constituem a sociedade como artefato espacial – corpos organizados no espaço e no tempo – um dos atributos essenciais da TSE, mas também um conceito onipresente na obra de Bourdieu: a capacidade do sujeito como função de sua pertença a uma rede de contatos com parentes, amigos, conhecidos ou estranhos, de todos os tipos e para todos os fins.

Capital espacial tem sido referido na literatura, dentro e fora do âmbito da TSE. Os geógrafos Rérat e Lees (2011), por exemplo, estudam o capital espacial enquanto relacionado à mobilidade: “a trama de acessos para as várias partes da cidade nos vários momentos do dia” (Rérat; Lees, 2011, p. 128). Isso lembra a apropriação do *espaço dos fluxos* de Santos. Entretanto, embora eles considerem o nível global da cidade, eles desconsideram o nível local – os *fixos abertos*, aqui sugeridos.

Mais próximo dos trabalhos da TSE está o trabalho de Lars Marcus e colegas (Stale et al., 2005, Marcus, 2010), porém há uma significativa diferença com o que proponho aqui: para eles, o capital espacial é um atributo *do lugar* (um “procedimento para medir a urbanidade”, compreendida como acessibilidade e diversidade de equipamentos em certo raio); também, e como tal, um bairro variado apresenta uma única medida de capital espacial (pois é um atributo do bairro). Aqui, como em Bourdieu, grupos de sujeitos (classes sociais ou outros grupos), enquanto têm acesso diferenciado a recursos, apresentam o seu correspondente capital espacial (um atributo dos *sujeitos*, uma distinção entre *classes*). E duas diferenças mais: 1) “equipamentos”, para eles, ocorrem em *fixos fechados*, e, portanto, correspondem ao *capital edilício* na taxonomia aqui adotada, não ao capital espacial, enquanto, ao mesmo

tempo 2) os *fixos abertos, espaciais* por excelência, não constam do seu repertório.

Finalmente, sim, há aqui uma ambiguidade pela qual o *capital edilício* concerne *elementos-fim* da arquitetura, que são... *espaciais*, mas que não constituem o capital espacial. A especificidade do capital edilício confere aos prédios a importância que eles têm no duplo *edifícios x assentamentos*, das ideias fundacionais da TSE: em resumo, edifícios (com sua repartição interna) incorporando categorias sociais, assentamentos, suas inter-relações. Seu próprio espaço residencial, assim como a disponibilidade de serviços na vida cotidiana (ou em ocasiões espaciais) constituem recursos preciosos das pessoas, assim merecendo uma categoria própria na taxonomia aqui proposta: *fixos fechados* como *capital edilício*.

A taxonomia acima é o guia para a investigação da evidência empírica. Cada categoria e subcategoria desdobra-se em variáveis analíticas pelas quais *descrevemos* fenômenos reais; são os meios que usamos para *caracterizar objetivamente a realidade*, enquanto, nesta altura, suspendemos quaisquer julgamentos sobre o que estamos a captar do mundo. Seguindo Bill Hillier, argumento que esta é a tarefa central da Ciência (lembro, de seus seminários, a ênfase que colocava no aforismo “*Ciência é descrição*”).

Para alguns isso pode soar pelo menos estranho, ou, pior, superficial. Afinal, não é a *explicação* dos fenômenos que interessa? ou desvelar o “sentido”, o “significado”, ou, poderíamos acrescentar, as *implicações* das coisas? Inspirado em Daniel Dennett (2017, p. 38-9), sugiro que o problema é duplo, incluindo questões dos tipos “*por quê?*” e “*para quê?*”: 1) as primeiras envolvem *causas*, um *processo narrativo*, um percurso *do passado para o presente*; 2) as segundas envolvem a *razão de ser* das coisas, a resposta a *necessidades*, um percurso *do presente para o futuro*. Mas também argumento que 1) isso já está contemplado na *descrição*, que permite responder ambas as questões se tivermos os adequados meios analíticos, e 2) ambas as questões foram tratadas de forma ligeiramente diferente no **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, respectivamente, na parte superior (*causas*) e na parte inferior (*efeitos*). A parte inferior do **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, i. é, os efeitos nas pessoas da configuração arquitetônica, em vários

aspectos, tem sido a pedra de toque de nossos esforços de pesquisa por décadas.¹²

5. Códigos arquitetônicos como *habitus*

Agora chegamos à *avaliação* dos lugares, pelas pessoas que os habitam ou por algum outro procedimento: perguntas como “o que é mais importante?” ou “o que é bom?” não foram feitas. Este é o ponto: para fazê-lo, devemos passar da parte superior do Diagrama 1 para a parte inferior – isto é, da *Ciência* para a *Ética*. Yuval Harari comenta com clareza:

O que é mais importante? e o que é bom? Não são questões científicas. A ciência pode explicar o que existe no mundo, como as coisas funcionam e como poderiam ser no futuro. Por definição não tem pretensão de saber o que deveriam ser no futuro. Somente religiões e ideologias procuram responder essas questões (Harari, 2017, p. 273).

Sob os rótulos de “religião” e “ideologia” Harari está de fato falando de *Ética*, que informa nossos valores, escolhas, desejos, gostos etc., e que não são verdadeiros nem falsos, mas historicamente determinados, no tempo e no espaço, e em constante movimento. São constituintes do conceito de *habitus* de Bourdieu – princípios e maneiras de ter, agir, pensar e sentir como modos de distinguir os sujeitos sociais e posicioná-los em sociedade.

Os *códigos* do Diagrama 1 são constituintes do *habitus*. Mais especificamente, *códigos* arquitetônicos, neste caso, são as relações entre *configurações de edifícios e cidades*, por um lado, e *modos de vida*, por outro, mas isto visto por um ângulo próprio. Julianne Hanson explora a ideia em “Dois ‘códigos espaciais’ comparados”, escrito com Bill Hillier (Hanson, 1998); são *códigos grupais*. Nesse capítulo, ela e Bill Hillier exploram “códigos de classes”: o “código da classe trabalhadora” e o “código da classe média”, como realizados no âmbito (ou na escala) do espaço doméstico. No entanto, “código grupal” no Diagrama 1 é um conceito mais amplo, englobando, p. ex., modos de comportamento pertinentes a uma “tribo urbana”, ou a gêneros, ou a faixas etárias, como, no último caso, ao estudarmos as relações entre idosos e parques urbanos em Brasília (Cabral; Holanda, 2019).

Também aqui o conceito é ampliado, para baixo na escala, em *códigos individuais*, para cima nela, em *códigos universais*. No primeiro caso (*individuais*), *códigos* informam

maneiras pelas quais *escolhas pessoais* são legitimamente feitas, concernentes, p. ex., às decisões que tomamos ao projetar a própria casa, como em nossa residência de Brasília, cuja estrutura de permeabilidades contrasta, duplamente, com “códigos modernos” da “arquitetura de grife” e com “códigos sociais” de classes médias na Capital (Holanda, 2021a). No segundo caso (*universais*), como, p. ex., nos estudos de percepção visual (*topocepção*), quando *códigos* informam condições pelas quais *todos* nós – a espécie humana em geral – satisfatoriamente (ou não) navegamos através dos espaços arquitetônicos, pois detemos o *mesmo* – *universal* – aparato perceptivo (Kohlsdorf; Kohlsdorf, 2017).

Estes *códigos*, como o *habitus*, são constituídos por *valores* superpostos à realidade empírica, que nos permitem ser felizes ou não com os lugares em que vivemos.

Mas diferenciar *descrição* de *juízo* é particularmente problemático nas ciências sociais aplicadas, como no caso da Arquitetura – uma disciplina e uma prática. A dificuldade aflora em autores que analisam o *status* do campo de conhecimento e estudam a produção intelectual nele, p. ex., Pierre Gauthier e Jason Gilliland (2006) e Stephen Marshall (2012), os primeiros focando na “morfologia urbana”, os últimos no “desenho urbano”.

Gauthier e Gilliland (2006) comentam sobre a dificuldade em reunir num mesmo âmbito estudos de “morfologia urbana” oriundos de uma variedade de disciplinas – arquitetura, planejamento urbano, geografia, história. Eles sugerem uma classificação ampla que abrange diversas contribuições ao longo de dois eixos: 1) as abordagens cognitiva x normativa e 2) aquelas internalistas x externalistas. Eis uma primeira diferença com o ponto de vista adotado aqui: não há distinção epistemológica entre “teoria analítica” (cognição – “um corpo de princípios propostos para explicar um fenômeno”) e “teorias normativas” (normas – “uma doutrina acompanhada de uma série de prescrições”). Sugiro que “teoria normativa” é uma contradição em termos, pois normas não são uma descrição do mundo como é, portanto, não podem constituir teoria – o campo da *Ciência* – mas referem o mundo como deveria ser, informado por valores e desejos – o campo da *Ética*. O outro eixo – internalista x externalista – sugere que teorias

são distinguíveis entre “contribuições que consideram a forma urbana como um sistema relativamente independente, e contribuições nas quais a forma urbana é uma variável dependente, ou um produto passivo de determinantes externas”, e a TSE é localizada no canto superior esquerdo das teorias da cognição (científica) e internalistas (autônoma). Entretanto, desde o artigo de Bill Hillier “The Architecture of the Urban Object” (Hillier, 1989, [A *arquitetura do objeto urbano*]) essa abordagem mecanicista foi superada; a arquitetura é vista como constituinte da sociedade, e não se trata de questões de “causa” ou “efeito”, mas de ambas: Hillier escreve sobre as “leis da sociedade para o espaço” tanto quanto sobre as “leis do espaço para a sociedade”, a distinção tornando-se um truque analítico mais que uma diferenciação substantiva quanto à natureza do objeto – edifícios ou conjuntos edificados. É por isso que “causas” e “efeitos” são aqui propostas na forma do Diagrama 2.

Stephen Marshall percorre trilhas similares. Em “Science, pseudo-science and urban design” (Marshall, 2012 [Ciência, pseudociência e desenho urbano]) ele admite “desenho urbano” como uma “disciplina intelectual específica” e, novamente, reúne conhecimento e prática, em três instâncias teóricas: “1) compreensão de como o mundo funciona; 2) uma visão de como o mundo deveria ser; e 3) uma visão de como ir daqui para lá”. Enquanto discute critérios para a qualificação “científica” das teorias, ele deixa praticamente intocados os valores éticos que afinal subjazem decisões de projeto, exceto por sugerir que julgamentos de valor podem ser “diretamente deduzíveis da evidência científica” – algo impossível, pelo arazoado aqui apresentado.

No entanto, erros teóricos podem implicar más práticas. É comum termos a crítica arquitetônica dos lugares no *modo-lamúria*: lamenta-se a situação sem considerar ser ela um *construto social*, que sistemas de encontros e esquivações, assim como os lugares onde ocorrem, são capitais que constituem o *habitus*. É como se simplesmente maus profissionais ou mau conhecimento fossem a origem da má qualidade dos ambientes. Decerto há incompetência, mas este não é o *x* da questão: quanto se trata do *habitus*, ambas a “arquitetura de pedigree” e a arquitetura

(anônima) social dos edifícios e conjuntos edificados podem constituir o mesmo paradigma arquitetônico – *formal* ou *urbano*, para usar meus termos. Em resumo, o *paradigma da formalidade* e o *paradigma da urbanidade* são conceitos socioespaciais com os quais venho trabalhando desde minha tese de doutorado (Holanda, 1997): 1) *formalidade* implica grandes espaços, descontinuidades por grandes distâncias ou terra desocupada ou por uma proliferação de barreiras que definem enclaves urbanos, transições complexas entre interiores e exteriores, especialização dos lugares para certas práticas, uso esparso dos espaços públicos na vida cotidiana e sua ocupação apenas em circunstâncias especiais, separação no espaço e no tempo de sujeitos sociais diversos; 2) *urbanidade* implica o oposto em todos os aspectos: assentamentos densos e contínuos, com transições diretas entre dentro e fora, um tecido urbano permeável e variado, espaços públicos usados por muitas e diversas pessoas na vida cotidiana, em resumo, os atributos essenciais da cidade que promove a troca de experiências entre sujeitos sociais diversos e suas práticas variadas.

Ao contrário, se quisermos largar mão do modo-lamúria e embarcar no *modo-crítico*, devemos focar o ambiente por uma lente grande-angular e, por um momento, não mirar no ambiente *per se*, mas no *habitus* ao qual ele pertence como um dos seus elementos constitutivos: qual paradigma é adotado pelos sujeitos sociais em questão, formalidade ou urbanidade, ou algum tipo de mistura deles? Em outras palavras, estamos a abraçar o axioma fundamental de TSE: arquitetura como fenômeno social tanto quanto sociedade como um fenômeno espacial. No modo-crítico, não simplesmente analisamos um ambiente, analisamos a sociedade, apenas focando uma das *formas* pelas quais ela se realiza: a estrutura socioespacial. Assim estaremos a agir como *sujeitos sociais* que somos, lutando num meio social, batalhando por certo *habitus*, identificando nossos aliados e nossos adversários – e os confrontando.¹³ De outra maneira, corremos o risco de escolher as batalhas erradas e pouco efetivas. No pior cenário, de adotar uma visão ingênua e pregar no deserto.

6. Conclusão

Refraseando as primeiras palavras deste texto: é a Teoria da Sintaxe Espacial uma *boa* teoria? são *verdadeiros* os valores da *urbanidade*? Eis a questão: de novo, as perguntas não fazem sentido.

A TSE é *ciência revolucionária* nos termos de Thomas Kuhn (2012), pois realiza uma *mudança paradigmática* ao superar, nas palavras de Hillier e Leaman (1973), o *paradigma homem-meio*, pelo qual arquitetura e sociedade diferem em natureza, resultando dificuldades insuperáveis no trato da relação entre elas; a TSE não é *ciência normal*, pois não simplesmente acumula evidência para ratificar um paradigma existente. Há crescente número de achados que certificam como *verdadeiras* muitas formulações teóricas da TSE, com validade *universal*, assim como decerto há formulações que foram *falsificadas* pela evidência – Bill Hillier observou certa vez que tão mais forte é uma teoria quanto maior o número de ideias descartadas pelo caminho... Então, é esta uma *boa* teoria, ou será u'a *má* teoria, segundo seus críticos, que preferem comentar o que a TSE deixou de lado a refutar sua evidência? Contudo, somente a *realidade* é inteira, teorias são necessariamente parciais, incompletas – *analíticas* – ao selecionarem *aspectos* da realidade que constituem o seu foco de atenção. Portanto, a TSE não é boa nem má porque isso é usar a régua errada: suas formulações provaram-se *verdadeiras* (enquanto verificadas pela evidência, desvelando a *realidade objetiva*) ou *falsas* (enquanto refutadas pela evidência, representando erradamente a *realidade objetiva*). Estamos no campo da Ciência, no campo que capta o mundo *como é*, regido, claro, por sua própria natureza e por evolução cultural (Dennett, 2017), passível de modificação, melhoramento, superação – negação. Mas que são objetivamente expressos e objetivamente testáveis (Popper, 1963).

E sobre *formalidade* e *urbanidade*? Desde o pós-escrito de *The Social Logic of Space* (Hillier; Hanson, 1984) podemos caracterizar as configurações urbanas modernas em duas vertentes – *dura* e *suave* – ambas contradizendo a anterior condição urbana, o que classicamente entendemos como *idades*, seguindo a famosa formulação de Louis Wirth (Wirth, 1938, Tonkiss, 2013): conjuntos edificadas densos, grandes, contínuos,

variados. O *zeitgeist* contemporâneo, ao contrário, implica a cidade em erosão de duas maneiras: 1) *dura*: ao criar-se uma plethora de barreiras em áreas densas e contínuas de modo a proliferarem fragmentos impermeáveis, com (poucos) habitantes locais nos espaços públicos e ausência de estranhos, e 2) *suave*: pela inserção de discontinuidades e aumento das distâncias ao ponto de mal reconhecermos o conjunto como um todo unificado, cheio de pedaços de terra de ninguém, não apenas sem estranhos nos espaços públicos, mas... sem *ninguém*. Noutra oportunidade (Holanda, 2019b), mostrei como Brasília é a materialização de u'a mescla perversa das duas vertentes, ao investir progressivamente em enclaves urbanos (*dura*) que resultam na segunda cidade mais dispersa do mundo (*suave*). Oxalá esteja claro que tal versão do *paradigma da formalidade* não é *verdadeira* nem *falsa*, porém *má*, se, e somente se, abraçamos os valores do paradigma da urbanidade (considerem que “formalitas” – permitam-me o neologismo – não “urbanitas”, aprovam a cidade *como é*). Trata-se, portanto, de um confronto no campo dos *desejos* ante modos de ter, agir, pensar e sentir – o campo da Ética.

Sim, alguns falam na *beleza* de uma teoria. Aceitável, talvez, no âmbito de um discurso poético-metafórico, mas, para sermos rigorosos, seria novamente usar a régua errada. Tratamos agora de outra dimensão da Filosofia – a Estética, ou parte dela, no caso. Como Coutinho (1970) escreve, uma *obra de arte* não é apenas uma “coisa bela”, que nos deleita sem razões práticas: transmitir uma *visão de mundo* é condição *sine qua non* para algo ser considerado uma obra de arte, porque “sistemas filosóficos são também obras de arte, da mesma maneira que obras de arte são também filosofias” (Coutinho, 1970, p. 82). A Esplanada dos Ministérios e as asas do Plano Piloto não apenas “agradam a vista” (agradam, sim!): a visão apolínea de Lucio Costa é claramente transmitida 1) pela maneira como ele trata o relevo (a Esplanada é construída sobre um terrapleno 5 m acima do terreno natural); 2) pela rigorosa simetria das duas asas residenciais, 6,2 km de comprimento cada; 3) pela modulação de 250 x 250 m (um quadrado!) das superquadras; 4) pela colina artificial sobre a qual ele põe a Torre de TV, um forte marco visual do seu desenho já presente nos primeiros croquis do Plano, correspondendo à

Torre do Congresso Nacional de maneira simétrica ao centro urbano etc. etc. etc.

E, finalmente, o exposto ilustra a eventual contradição entre instâncias filosóficas – Ética e Estética. Não importa que você seja um *urbanita* fanático (eu sou!) e assim condenar (eticamente) a formalidade do lugar (eu condeno!); a Esplanada dos Ministérios lhe emocionará (esteticamente) por seu caráter *sublime*, porque faz ressurgir em você o deslumbre que os humanos sempre tiveram por tais lugares:

Essa lição está escrita nas pedras do deserto e nos campos de gelo dos polos. E está escrita em termos tão grandiosos que nos podemos afastar desses lugares, não arrasados, mas inspirados pelo que está além de nós, privilegiados por nos submetermos a exigências tão majestosas. A noção de assombro pode até acabar se transformando gradualmente num desejo de culto (de Botton, 2004).¹⁴

Será por isso que Brasília está a transformar-se em local de peregrinação?

7. Agradecimentos

Agradeço ao Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por uma Bolsa de Produtividade em Pesquisa Sênior. Agradeço igualmente aos meus estudantes e colegas do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, e, especialmente, aos membros do nosso grupo de pesquisa (DIMPU) – sem eles, este texto não existiria. Gratidão especial a Maria Elaine Kohlsdorf, que me apresentou à ária de Handel cuja letra usei como epígrafe. Finalmente, sou particularmente agradecido a conversas com Daniel Koch, Luiz Amorim e Paulo Afonso Rheingantz. Erros ou lacunas remanescentes são de minha exclusiva responsabilidade.

8. Referências

Bertaud, Alain (2007) *A measure of spatial organization of 7 large cities*. 2001. <http://alain-bertaud.com/>.

BERTAUD, Alain (2001) *A measure of spatial organization of 7 large cities*. 2001. <http://alain-bertaud.com/>.

Bourdieu, Pierre (2008 [1984]) *A distinção*. Crítica social do julgamento (EDUSP/Zouk, São Paulo/Porto Alegre).

Cabral, Thaís; Holanda, Frederico de (2019) “Os idosos e o parque urbano”. *PROJETAR* (9), Curitiba. <http://projedata.grupoprojetar.ct.ufrn.br/dspace/handle/123456789/1195?show=full>.

Coutinho, Evaldo (1970) *O espaço da arquitetura* (Universidade Federal de Pernambuco, Recife).

Dawkins, Richard (2007[1976]) *O gene egoísta* (Companhia das Letras, São Paulo).

De Botton, Alain (2012) *A arte de viajar* (Intrínseca, Rio de Janeiro).

Dennett, Daniel (2017) *From bacteria to Bach and back* (W. W. Norton & Company, New York; London).

Ferraz, Flávio Rodrigues (2017) “*Desenho urbano e ocorrências criminais*. O caso do Distrito Federal”, tese de doutorado não publicada, Universidade de Brasília, BR.

Ferreira, Marcílio Mendes; Gorovitz, Matheus (2009) *A invenção da Superquadra: o conceito de Unidade de Vizinhança em Brasília* (IPHAN, Brasília).

Hanson, Julienne; Hillier, Bill (1998) “Two domestic ‘space codes’ compared”, em Hanson, Julienne, *Decoding homes and houses* (Cambridge University Press, Cambridge).

Harari, Yuval Noah (2017) *Sapiens*. Uma breve história da humanidade (L&PM, Porto Alegre).

Harris, Sam (2012) *Free will* (Free Press, New York).

Hillier, Bill (1996) “Cities as movement economies”, em Hillier, Bill, *Space is the machine* (Cambridge University Press, Cambridge).

Hillier, Bill; Hanson, Julienne (1984) *The social logic of space* (Cambridge University Press, Cambridge).

Hillier, Bill; Leaman, Adrian (1974) “How is design possible?”, *Journal of Architectural Research*, 3[1], 4-11.

Hillier, Bill; Leaman, Adrian (1973) “The man-environment paradigm and its paradoxes”, *Architectural Design*, London, n. 8, p. 507-511.

- Holanda, Frederico de (2018[2002]) *O espaço de exceção* (FRBH, Brasília).
- Holanda, Frederico de (2007a) “Be aware of local properties”, *INTERNATIONAL SPACE SYNTAX SYMPOSIUM, 6* (ITU Faculty of Architecture, Istanbul).
- Holanda, Frederico de (2007b) “Arquitetura sociológica”, *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* (ANPUR), v. 9, p. 115-129.
- Holanda, Frederico de (2019a) *Construtores de mim* (FRBH, Brasília).
- Holanda, Frederico de (2019b) “Hard and soft revisited”, *Area Development and Policy*, v. 1, p. 1-27.
- Holanda, Frederico de (2021) “Atrium-house: an exercise in self-analysis”, em Oliveira, Vítor (org.) (2021) *Morphological Research in Planning, Urban Design and Architecture*. (Springer, Londres).
- Holanda, Frederico de (2021b) “Brasília: Superblocks in perspective”, *JOURNAL OF DESIGN FOR RESILIENCE IN ARCHITECTURE & PLANNING*, vol. 2, Special Issue, dez. 2021.
- Holanda, Frederico de et al. (2002) “Eccentric Brasília”, *URBAN DESIGN International*, vol. 7, p. 19-28.
- Holanda, Frederico de et al. (2008) “Brasília, Brazil: economic and social costs of dispersion”, *44th ISOCARP Congress – proceedings* (CD-ROM).
- Holanda, Frederico de et al. (2015) “Brasília: fragmented metropolis”, *INTERNATIONAL SPACE SYNTAX SYMPOSIUM, 10.*, London. *Proceedings...*, The Bartlett Space Syntax Laboratory.
- Holston, James (1993) *A cidade modernista – Uma crítica de Brasília e sua utopia* (Companhia das Letras, São Paulo).
- IBGE (2011) *Base de informações do Censo Demográfico 2010: resultados da Sinopse por setor censitário* (IBGE, Rio de Janeiro).
- Jacobs, Jane (2000[1961]) *Morte e vida de grandes cidades* (Martins Fontes, São Paulo).
- Koch, Daniel (2015) “... and avoidance”, *INTERNATIONAL SPACE SYNTAX SYMPOSIUM, 10.*, *Proceedings...*, The Bartlett Space Syntax Laboratory.
- Kohlsdorf, Gunter; Kohlsdorf, Maria Elaine (2017) *Ensaio sobre o desempenho morfológico dos lugares* (FRBH, Brasília).
- Kuhn, Thomas S (2003[1962]) *Estrutura das revoluções científicas* (Perspectiva, São Paulo).
- Le Corbusier (2006[1923]) *Por uma arquitetura* (Perspectiva, São Paulo).
- Popper, Karl (2003[1963]) *Conjecturas e refutações* (Almedina, Lisboa).
- Ribeiro, Rômulo et al. (2015) *Brasília: transformações na ordem urbana* (Letra Capital, Rio de Janeiro).
- Rolnik, Raquel (2015) *Guerra dos lugares. A colonização da terra e da moradia na era das finanças* (Boitempo, São Paulo).
- Santos, Milton (2006) *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção* (Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo).
- Tonkiss, Fran (2013) *Cities by design. The social life of urban form* (Polity Press, Cambridge).
- Wirth, Louis (1938) “Urbanism as a way of life”, *American Journal of Sociology*, vol. 44, 1938.
- Zechin, Patrick Di Almeida Vieira (2014) *Sobre a dimensão espacial da desigualdade social urbana*, tese de doutorado não publicada, Universidade de Brasília, Brasília, BR.

Tradução do título, resumo e palavras-chave

The true, the good and the beautiful

Abstract. *Three dimensions are involved in the terms “true”, “good” and “beautiful”: respectively, Science, Ethics, and Aesthetics. Scientific statements can be assessed as true or false, according to the evidence; they are of universal credibility and overcome the “here” and the “now”. “Good” and “beautiful” – or their opposite: “bad” and “ugly” – are something else:*

they concern value judgements that are place and time dependent. This is another yardstick: verification or refutation are no longer at stake, and their praise (or otherwise) depends on historical and cultural values, according to which they are not considered true or false, but good or bad, and beautiful or ugly. The confusion among these instances leads to a naïve approach to architectural configuration: options are mistakenly taken to be “false” or “wrong”, when in fact they are ethically or aesthetically determined. In such cases, architectural codes, by which we cherish places or otherwise, remain implicit, but they should be made explicit; it is wrongly assumed that “problems” (notwithstanding sheer incompetence) are the result of a lack of knowledge of the “truth”, but their identification as such is a function of value options informed by ways of having, acting, thinking, and feeling – Pierre Bourdieu’s habitus – that position subjects in the social scale.

Keywords. *Science, Ethics, Aesthetics, architectural theory, space syntax, space semantics, Brasília*

¹ Como a primeira luz da alvorada / Rouba e dissolve da noite as sombras, / Da Fantasia a Verdade corta o feitiço, / E a Razão nascente faz dissipar / A névoa de nossa mente aprisionada, / Do dia intelectual a restaurar o viço. (Letra da ária de George Friedrich Handel, *As steals the morn upon the night* (HWV 55), tida como inspirada em trecho de *The tempest*, de William Shakespeare, depois modificado por John Milton e Charles Jennens; minha tradução.)

² As relações entre Ciência e Ética são controversas. Veremos que sigo os pontos de vista do filósofo da mente Daniel Dennett (2017) e do historiador Yuval Harari (2014), ambos em contraste, p. ex., com o do filósofo Sam Harris, para quem Ciência e Ética são relacionadas de forma determinística – a última determinada pela primeira. Isso sugere a “naturalização” da Ética, coerente com sua negação do “livre arbítrio” (HARRIS, 2012, e o debate com Richard Dawkins em <https://www.youtube.com/watch?v=Mm2Jrr0tRXk&t=3982s>). Também, para uma interessante conversa sobre o tema entre Daniel Dennett, o físico teórico Lawrence Krauss, e o filósofo da ciência Massimo Pigliucci, ver <https://www.youtube.com/watch?v=9tH3AnYyAI8>. No entanto, o tema ultrapassa os limites deste ensaio.

³ A *Teoria da Sintaxe Espacial* foi proposta inicialmente por Bill Hillier e colegas da Bartlett School of Graduate Studies, University College London, e depois aplicada e desenvolvida por pesquisadores nos quatro cantos do mundo, inclusive por nosso grupo de pesquisa, na Universidade de Brasília.

⁴ Não publicado nesta forma, mas numa versão preliminar e resumida em Holanda 2019a.

⁵ Inspirado no “modelo de quatro funções” de Hillier e Leaman (1974), tenho lidado com estes aspectos de desempenho desde Holanda, 1997; este “modelo de oito funções” foi subsequentemente atualizado em Holanda, 2007b, e, mais recentemente, em forma ligeiramente diferente, em Holanda, 2021b. O diagrama é inédito.

⁶ Primeiramente publicado em Holanda, 2007b, depois em Holanda, 2021b, e agora em nova versão.

⁷ Para Santos, a cidade é constituída por *fluxos* e *fixos*. Os primeiros correspondem aos movimentos na escala do todo urbano e os segundos correspondem aos “magnetos” nos estudos de transportes, áreas delimitadas (“fixas”, portanto) na cidade, que atraem ou geram movimento. O conceito é útil aqui porque sugere algo “estacionário” ou “imóvel”. Estas ideias derivadas de Santos foram apresentadas em *lives*, mas são inéditas em texto.

⁸ A determinação de fluxos veiculares ou de pedestres pela configuração da malha viária *per se* é uma conhecida contribuição da TSE e foi publicada de modo mais extenso por primeiro em Hillier (1996, cap. 4).

⁹ Portanto desdubro os *fixos* em duas subcategorias, uma distinção que não está em Santos, mas que nos é útil aqui.

¹⁰ Desde Holanda (2007b) considero os lugares da paisagem natural enquanto apropriados pelas pessoas como analisáveis *como arquitetura*.

¹¹ Os familiarizados com meus escritos anteriores notarão a ausência da *paisagem natural considerada como arquitetura*. Não abandonei a ideia, apenas não a incluo aqui por razões de espaço, mas, sim, os lugares naturais são igualmente um recurso (capital) arquitetônico, nos elementos-meio (espaços utilizáveis), ou nos elementos-fim (acidentes “escultóricos” que definem os primeiros: ondulações do relevo, aflorações rochosas, vegetação arbustiva ou arbórea etc.).

¹² Refiro os esforços de pesquisa do grupo *Dimensões morfológicas do processo de urbanização* – DIMPU, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, oficialmente registrado no Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil (CNPQ), continuamente ativo desde sua fundação em 1986. Além de mim,

os membros iniciais foram Benamy Turkienicz, Gunter Kohlsdorf, Márcio Villas Boas, Maria Elaine Kohlsdorf e Mário Kruger

¹³ Referi noutras oportunidades (Holanda, 2007, 2019a, 2019b) várias “batalhas urbanas” (ROLNIK, 2015) nas quais nós, estudantes e colegas, engajamo-nos em Brasília, como participantes constitutivos dos movimentos sociais, por exemplo: 1) na luta dos habitantes de uma favela a ser removida: a Vila Paranoá, cujo início datava de 1957, arrasada pelo governo local, usando tratores, cães e policiais, em 1989 (perdida); 2) a luta pela legalização de um antigo acampamento de obras no qual hoje vivem cerca de 7.000 (vitoriosa, formalizada em 1987); 3) a permissão para serviços populares se localizarem numa movimentada (e central) avenida no Plano Piloto de Brasília, na qual até hoje só residências são permitidas (em curso) etc. Também, referi um projeto que realizei para uma superquadra de Brasília, pelo qual ilustro que diferentes valores levam a diferentes padrões arquitetônicos (Holanda, 2021b).

¹⁴ Já citei estas belas palavras de de Boton noutra oportunidade, num contexto teórico diverso (Holanda, 2019b). Peço desculpas pela redundância.

Editor responsável pela submissão: **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**

Licenciado sob uma licença Creative Commons.
